

## EM TORNO DA CULTURA ESCRITA: DA MATERIALIDADE DO IMPRESSO E CAPACIDADE DE PERSUASÃO

*AROUND WRITTEN CULTURE: THE MATERIALITY OF PRINTED AND PERSUASION CAPACITY*

Márcio Santos de Santana<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a relação entre o suporte e a função exercida pelo impresso, notadamente três deles: o livro, o jornal e o panfleto. Em cada um dos suportes, uma relação principal é explorada (livro-espaco de sedição; jornal-formação do leitor; panfleto-circulação de ideias). A questão é verificar qual é a principal vantagem operacional oferecida por cada tipo de suporte para as atividades cotidianas da militância.

**Palavras-chave:** Impresso; materialidade; representação; persuasão; História Cultural.

**ABSTRACT:** The article analyzes the relationship between the support and the function performed by printed matter, notably three of them: the book, the newspaper and the pamphlet. In each of the supports, a main relationship is explored (book-space of sedition; newspaper-reader education; pamphlet-circulation of ideas). The question is to verify what is the main operational advantage offered by each type of support for the daily activities of the militants.

**Keywords:** Printed Matter; materiality; representation; persuasion; Cultural History.

A nação, na perspectiva de Renan (2006, p. 99), resulta de um “plebiscito de todos os dias”, pois o patrimônio cultural, compartilhado coletivamente, conforma laços comunitários e identitários. Esses são os fundamentos de sua definição de nação como sendo “o resultado de um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos” (Renan, 2006, p. 99).

Giddens (2002) pensa a modernidade a partir da ótica institucional, enfatizando as dimensões “cultural e epistemológica”. Em sua perspectiva, quatro seriam os pilares institucionais da modernidade, a saber: i) o capitalismo; ii) o industrialismo; iii) a vigilância; iv) o poder militar. O fenômeno da vigilância, materializado na fiscalização e/ou supervisão da sociedade na esfera política, seja por meios diretos (prisões, escolas etc.), seja por meios

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica e graduado em História (bacharelado e licenciatura) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado no Departamento de História, na área de Teoria da História, da Universidade Estadual de Londrina. Coordena, desde 2014, o Grupo de Pesquisa [Theoria/Philosophia] Estudos Interdisciplinares em Teoria e Filosofia da História, cadastrado no CNPq.

indiretos, através do controle da informação (seleção, censura etc.). Nesse arcabouço teórico, a vigilância compõe a arquitetura administrativa do estado-nação capitalista-industrialista.

As sociedades, nesse sentido, criam seus procedimentos e mecanismos de controle da informação, tanto que mesmo regimes democráticos adotam tais expedientes, visando o direcionamento dos discursos veiculados no espaço público, de modo que eles atendam, da melhor maneira possível, aos interesses dos grupos que detêm o comando da sociedade.

Evitar a materialidade ou, ao menos, a aleatoriedade de seus efeitos, é o objetivo do processo de cerceamento, uma vez que os discursos que carregam, no seu âmago, ideias de transformação tendem a produzir pânico social, especialmente na camada dominante, por causa de sua imensa capacidade de transformação social e política (Foucault, 1996).

Ante o exposto, alcança outro patamar as observações de Chartier (2002, p. 61-62), para quem

A questão essencial que, na minha opinião, deve ser colocada por qualquer história do livro, da edição e da leitura é a do processo pelo qual os diferentes atores envolvidos com a publicação dão sentido aos textos que transmitem, imprimem e lêem. Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são os veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados.

A novidade assusta devido à impossibilidade de se prever a real dimensão das mudanças que poderão ser produzidas, pois, associada à incerteza, a novidade evoca o temor da derrocada, da hecatombe do ordenamento social, do padrão civilizatório. Portanto, os mecanismos e procedimentos de controle discursivo visam reduzir ou neutralizar essa dimensão transformadora que os discursos possuem.

A Era Vargas foi um dos momentos de maior radicalização do controle discursivo, sobretudo no que se refere ao discurso da oposição, notadamente com relação ao comunismo. Dentre os diversos meios de disseminação de ideias, o impresso é eficaz – talvez, por isso, um dos mais usuais ainda hoje. O Estado varguista visava impedir qualquer manifestação de ideias contrárias a eles, fossem de linhagem democrática, liberal ou mesmo comunista. A ação da Polícia Política implicava na apreensão do material impresso e na sua anexação ao prontuário como prova.

As forças políticas de oposição ao governo Vargas fizeram amplo trabalho visando a circulação de suas ideias, por qualquer meio de transmissão disponível: cartaz, panfleto, jornal, boletim, selo etc. Na maior parte das vezes, a militância era realizada na clandestinidade, da maneira mais discreta possível, visto que o regime político em vigor, sustentava um sólido sistema repressivo. Logo, por meio deste

[...] ato de saneamento ideológico processou-se através da censura preventiva e punitiva cujo principal objetivo era impedir a circulação das idéias rotuladas de ‘perigosas’. Como tais, deveriam ser cerceadas por serem bandidas, ou seja, por agirem e tramarem contra a ordem imposta (Carneiro, 1997, p. 15).

Tomando a formulação chartierniana como norteadora desta pesquisa, questiono a particularidade que cada um dos suportes fornece ao militante-leitor (ou leitor-militante?). Nossa hipótese é que cada suporte apresenta o que batizamos por “vantagem operacional”, isto é, no cotidiano da atividade do militante, que tem como incumbência disseminar a palavra laica, o tipo de suporte pode auxiliar ou não o processo?

A organização do artigo compreende três seções, além desta introdução e das considerações finais do artigo. São três seções, cada uma delas dedicadas a um suporte: livro, jornal e panfleto, nessa ordem; além do suporte, há um aspecto prioritário associado a ele: livro – espaço de sedição, jornal – formação de leitores e panfletos – agilidade na circulação das ideias. A prioridade para análise de um aspecto de cada suporte ocorreu no decorrer da pesquisa, conforme as informações iam se revelando. Seleccionamos, portanto, o aspecto de cada suporte que mais se sobressai frente os demais. Evidentemente que nenhum deles cumpre uma única função.

### Os livros e os espaços de sedição

A permissão ou a proibição do acesso às leituras tem sido uma das táticas mais eficazes de controle da informação e, por isso, uma prática antiga na história. Pesquisas sobre a história do livro, da edição e da leitura<sup>2</sup> tem produzido resultados profícuos, trazendo novas perspectivas de estudo.

Exemplo seminal vem da história inglesa, quando, em 1850, foi promulgada uma lei de fomento à instalação de bibliotecas. Tendo alcançado os 400 mil habitantes, a cidade de Leeds contava, já em 1902, com biblioteca central dotada de 14 filiais, todas equipadas com serviço de empréstimo e consulta a jornais, resultado do aporte financeiro advindo do novo tributo, autorizando a cobrança de 1 penny sobre os municípios.

Não obstante, o impacto foi nacional, fazendo da Grã-Bretanha um caso ímpar e, por conseguinte, que “tivesse um sistema de bibliotecas públicas descentralizadas sem equivalente em outros países e, por volta de 1908, existiam 553 instituições municipais desse tipo em seu território” (Lyons, 1999, p. 185).

A ação do governo inglês denota inequívoca intenção de controle social, pois, como constatou Lyons (1999, p. 185), “as bibliotecas públicas circulantes tinham um objetivo filantrópico e outro político”. O papel filantrópico delas seria concretizado ao franquear o acesso a bens culturais, de outro modo inacessíveis, ao operariado e demais pessoas de baixa renda; o papel político, por sua vez, seria exercido ao transformar a consciência do sujeito em formação, tornando-o, tanto quanto possível, um adepto da visão de mundo das camadas dominantes.

A Polícia Política foi sutil e perspicaz em seu trabalho, o que não quer dizer de modo algum que tenha sido justa. Esteve sempre atenta aos responsáveis pela distribuição dos livros e demais impressos, assim como aos procedimentos de distribuição, em virtude de sua meta de desmantelamento da comunidade de leitores. Nesse caso, “leitores” significava “subversivos”, tal como a interpretação hegemônica nos setores conservadores da sociedade.

O temor com relação às leituras sediciosas pode ser constatado no episódio da

---

<sup>2</sup> Cf. Belo, 2002; Chartier, 2001; Darnton, 1996; Fischer, 2006; Manguel, 2004.

*Biblioteca Paratodos*, instalada em duas salas do *Edifício Piratinguy* (Rua João Bricola, nº 10, São Paulo/SP), sob os cuidados de Fernando Levitsky. Ademais, há que se considerar ainda a preocupação, por parte da Polícia Política, com a rede de contatos que permitiria a distribuição dos materiais considerados subversivos.

Mas, por que uma instituição com tal perfil, seria vista com preocupação pela Polícia Política? Levitsky, o proprietário da biblioteca, era de origem judaica e nacionalidade russa, foi investigado por ser o suposto elemento de ligação com a “Rússia Soviética” e, por conseguinte, estar sempre em “vivo contato com os comunista russos”, consoante as palavras de um investigador (Relatório sem assinatura..., 1935).

O funcionamento da *Paratodos*, na caracterização feita pelo DEOPS/SP, seria relativamente simples, qual seja, os leitores faziam o pedido e a biblioteca se encarregava de enviar os livros. Era exatamente aí que residiria o perigo, segundo a visão da Polícia Política, pois seus agentes consideraram que o papel da biblioteca era de intermediária na distribuição de material subversivo de todos os tipos.

O agravante na situação de Levitsky estaria em seu suposto papel como assistente do jornalista Silveira Bueno, diretor do jornal *A Civilização*, também considerado subversivo, cuja redação funcionava no mesmo endereço. Desse modo, a dupla combinação de redação de jornal e distribuidora de livros era inadmissível. Tal combinação fazia daquelas duas salas da Rua João Bricola um poderoso *espaço de sedição*, ao menos se seguirmos a lógica da repressão.

A *Editorial Pax* foi outro espaço visado pela força policial, em virtude de seu potencial sedicioso. De acordo com as autoridades, Alexandre Wainstein e Elio de Stefani, seus proprietários, fundaram o estabelecimento em meados de 1931, “exclusivamente para o fim de traduzir e publicar livros de propaganda comunista e romances da chamada ‘Literatura Proletária’” (Resumo das atividades..., 1935).

Não obstante, era Wainstein o alvo central da investigação, tanto por sua vivência em companhia de intelectuais comunistas conhecidos da Polícia Política, como Galeão Coutinho, Affonso Schmidt e Oswald de Andrade, quanto por sua participação na fundação da *Sociedade dos Amigos da Rússia*, considerada organização de “fachada” para atuação legal do *Partido Comunista do Brasil* (Resumo das atividades..., 1935).

Alexandre Wainstein, 46 anos, comerciante, origem judaica, imigrante oriundo de Nova Odessa na Rússia, tornou-se uma pessoa de interesse para a investigação, haja vista sua atuação como fornecedor de livros comunistas. Nesse sentido, seu caso ganha relevância para a compreensão das estratégias de distribuição de livros adotadas pela esquerda brasileira, especialmente no segmento juvenil. Os registros do caso, nesse sentido, não apenas relatam circunstanciadamente as atividades subversivas de Wainstein, mas também possibilitam o acompanhamento e/ou revisão dos procedimentos adotados na investigação (Resumo das atividades..., 1935).

Uma dessas atividades subversivas tem a ver com o fornecimento de livros à Felícia Itkis, 24 anos, escriturária, associada ao *Sindicato dos Empregados no Comércio* e reputada militante comunista. Em depoimento prestado à polícia, em 26 de outubro de 1933, confirmou ter adquirido três livros com Wainstein, implicando assim o livreiro. A jovem teria comprado dele os livros *A nova Rússia*, de Julio Alvarez del Vayo (1931), *Judeus sem dinheiro*, de Michael

Gold (1932) e *Cimento*<sup>3</sup> (Termo de declarações de Felícia..., 1933).

Não foi, entretanto, o depoimento de Itkis que fez o nome de Wainstein entrar no rol dos subversivos, posto que ele já vinha sendo investigado há algum tempo, como revela o relatório do Delegado de Ordem Política ao Chefe do Gabinete de Investigações, datado de 14 de outubro de 1933, informando sobre diligência realizada na *Editorial Pax*. Segundo o relatório, foi essa diligência, realizada em presença dos proprietários, na época da Revolução Constitucionalista de 1932, que registrou o nome de Wainstein no radar da polícia política (Relatório do delegado..., 1933).

Conforme ressalta o delegado, o resultado do evento foi promissor, pois não só se efetuou a prisão dos sócios da editora, mas também, “foram apreendidos livros, grandes cartazes, boletins, fotografias, cartões e diversos documentos de propaganda subversiva” (Relatório do delegado..., 1933). Dentre os livros apreendidos, dois deles foram citados nominalmente: *ABC do Comunismo*, de Nikolai Bukharin e *Manifesto Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels.

Sendo constantemente vigiado pela Polícia Política, Wainstein foi novamente alvo de apreensão de seus impressos, sendo a relação extensa. Por meio do Auto de Verificação e Apreensão podemos recompor, mesmo que de maneira limitada, um quadro das leituras disponibilizadas aos interessados no comunismo. Os livros relacionados, separados em grupos temáticos, são os seguintes (Auto de verificação..., 1936):

Um primeiro grupo se refere às obras teóricas e/ou doutrinárias, cuja periculosidade se dá por serem livros escritos por expoentes do comunismo, portanto, artífices do que a elite brasileira mais temia. O Index era formado por livros como *O Capital* e *A gênese do Capital*, de Karl Marx; *Reforma ou Revolução*, de Rosa Luxemburgo; *L'État et la Révolution* (O Estado e a Revolução), *O imperialismo, etapa superior do capitalismo* e *No caminho da insurreição*, de Vladimir Lenin; *El triunfo del bolchevismo* (O triunfo do bolchevismo) e *O Plano quinquenal*, de Leon Trotski; *Les questions du léninisme* (Questões do leninismo) e *Em marcha para o socialismo*, de Joseph Stalin; *As bases fundamentais do marxismo*, de Georgi Plekhanov; *História da Comuna de Paris*, de Prosper Olivier Lissagaray; *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado* (A origem da família, da propriedade privada e do Estado), de Friedrich Engels; *La ciudad de la abundancia* (A cidade da abundância), de Alejandro Nevierof; *El origen del hombre* (A origem do homem), de Charles Darwin; *Acusol!*, de Henri Barbusse e *O marxismo*, de Karl Kautsky, Vladimir Lenin e Georgi Plekhanov.

Obras informativas e/ou analíticas sobre os países do eixo comunista e sua realidade pré ou pós-revolucionária formam outro grupo, no qual se encontram: *Dex dias que abalaram o mundo*, de John Reed; *Impressões de Moscow Russia*, de Diego Hidalgo; *Causas econômicas da Revolução Russa*, de M. Pokrovski; *L'économie soviétique: sa dynamique, son mécanisme* (A economia soviética: sua dinâmica, seu mecanismo), de Lucien Laurat; *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego e *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista*, de Fernando Lacerda, Luís Carlos Prestes e Sinani e *El despertar de la China* (O despertar da China), de Karl Wittfogel. As obras deste grupo apresentam uma perspectiva particular, quando não positiva sobre a Revolução Russa. As que tratam do Brasil, o fazem a partir de uma perspectiva de transformação social, criticando as relações tradicionais de poder. Evidentemente que a causa imediata de sua apreensão foi a de comporem uma “biblioteca comunista”.

---

<sup>3</sup> Malgrado os esforços envidados, não foi possível obter os dados de autoria e ano de publicação para o livro *Cimento*. A fonte policial também não os informou.

Os documentos sobre as estratégias das organizações comunistas formam o terceiro e último grupo, encontrando os seguintes materiais: *Tese do Bureau Sul-Americano da Internacional Juvenil Comunista à Federação da Juventude Comunista do Brasil*; *Programa da Internacional Juvenil Comunista*; *La labor y las resoluciones del VI Congreso de la Internacional Comunista* (O Trabalho e as Resoluções do VI Congresso da Internacional Comunista), de B. Vasiliev. A periculosidade, neste caso, está relacionada ao caráter instrucional do material apreendido, visto pela autoridade policial como orientação geral para se chegar à revolução comunista!

A problemática dos livros proibidos impõe uma questão de primeira ordem: de que maneira eram selecionados para publicação os livros apresentados anteriormente? Uma ação de Gertel, reputado militante comunista pelo DEOPS paulista, ajuda a compreender tal questão.

Em 28 de julho de 1934, ele escreveu para o diretor da *Editorial Alba*, oferecendo uma tradução do livro *Marx: maestro y jefe del proletariado* (Marx, mestre e chefe do proletariado), de autoria de L. Perchik, editado pela *Europa-América* na Espanha. Na carta afirmava que o livro “alcançou sucesso em outros países e que por certo interessará à vossa conceituada editorial” (Carta de Eugênio..., 1934). A resposta deveria ser enviada para o próprio Eugênio, supostamente o autor da tradução, uma vez que o texto é vago com relação a esse tópico.

A atividade militante era dinamicamente organizada, como bem revela o caso anterior. Como a pesquisa histórica demonstrou fartamente, a militância comunista nos anos 1930 estava ainda em fase de maturação. Dessa maneira, seus membros se viam forçados a ação criativa e improvisada, considerando que as redes de contato ainda estavam em construção, sem contar a atuação repressiva da polícia política. Por conseguinte, a ação de (re)construção das redes de contatos foi uma prática rotineira, em virtude da sólida repressão, que agiu de forma constante, diversas vezes de forma violenta, para neutralizar a ação da militância.

### Os jornais e a formação dos leitores

As páginas dos jornais comunistas estão repletas de sugestões de leituras – livros em sua maioria – recomendados pelo movimento. A formação doutrinária demanda tal dispositivo: recomendação de certas leituras, proibição de outras. Consoante Foucault (1996, p. 42), “a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro”. Nesse sentido, tal expediente tem a capacidade de forjar a identidade coletiva, tendo em vista que regula o acesso do ativista às informações, pois não só regula o acesso a determinada leitura, como também a companhia de certo sujeito. Dessa maneira,

A doutrina, ao contrário, tende a difundir-se; e é pela partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca. Aparentemente, a única condição requerida é o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados; (Foucault, 1996, p. 42).

O jornal *Juventude* propagava ideias de caráter antifascista em prol da Aliança Nacional Libertadora, matérias sobre cultura e pensamento de esquerda, além de fornecer notícias sobre o Primeiro Congresso da Juventude do Brasil. Esta última função era de suma importância para

o movimento, pois o jornal funcionava como o veículo de comunicação que fazia um balanço geral sobre a organização dos comitês estaduais e montava uma síntese para publicação, permitindo que todos os comitês estaduais tivessem uma noção de como andavam os preparativos para os eventos (Movimento..., 1935, p. 2).

Em suas edições do mês de junho de 1935 (primeira e segunda quinzena), o jornal *Juventude* trazia matérias nas quais fazia intervenções na questão das leituras. Para isso, apresentaram matérias sobre livros concernentes ao universo da militância política, fornecendo recomendações sobre o que os leitores deveriam ou não observar, quais cuidados adotar na leitura, qual aspecto repudiar etc. Enfim, a busca era por fornecer aos seus leitores uma interpretação autorizada dos textos.

A sede do jornal era no Rio de Janeiro e era dirigido por Ivan Pedro de Martins, membro do Diretório Nacional da *Aliança Nacional Libertadora* e do Diretório de Estudantes da *Faculdade Nacional de Direito*. Além dele, também produziam o jornal o jornalista Rubem Braga e o deputado Abgvar Bastos. A edição de primeiro de julho traz comentários sobre três livros: *Dex dias que abalaram o mundo*, de John Reed; *O Quilombo de Manuel Congo*, de Marcos Pimenta, pseudônimo de Carlos Lacerda e *Paiol*, de Juvenile Pereira.

O livro de Reed sobre a Revolução Russa, “nos seus primórdios”, é exaltado pelos seus méritos e valor. Segundo a matéria, a Livraria José Olympio acabara de lançar, “numa edição caríssima de 8\$000 o famoso livro do escritor americano [que] aparece em público pela segunda vez em menos de dois anos” (10 dias..., 1935, p. 9). Embora o livro seja caro, sustenta a matéria, valeria a pena a leitura, pois a difusão da obra era importante devido ao seu caráter de documento histórico da luta do proletariado pelo poder. A postura adotada pela matéria é de recomendação explícita do livro, numa tomada de posição doutrinária contundente.

Outra não é a tônica da matéria sobre o livro *Paiol*, embora acrescido de um componente intimista. A matéria se inicia afirmando que “recebemos esse livro de versos de Juvenile Pereira, o Nille apenas”. Tal construção indica que o autor do livro é de certa maneira íntimo da equipe de produção do jornal. Afirma que o livro é de poesia proletária. Seu autor, um autêntico conhecedor da realidade dessa classe, pois perambulava pela “cidade maravilhosa” observando “a miséria dos trabalhadores, as úlceras dos mendigos, a ofensa da riqueza à desgraça das multidões” (Paiol, 1935, p. 9).

*Paiol* deveria ser lido pelos trabalhadores e pelos “amigos de verdade”, recomendação que revela o tom afetivo que liga a equipe de *Juventude* e o autor do livro, descrito como um humanista, alguém que escreve com sentimento e preocupação sobre os problemas sociais de seu cotidiano. Segundo o texto, são esses problemas que impulsionam o autor a “erguer a lira de poeta como clava de combate, como lança de ataque, como esporão de luta, contra todos os exploradores desse mundo, e a favor de todos os explorados que produzem para os outros” (Paiol, 1935, p. 9).

A questão negra é o tema de *Quilombo de Manoel Congo* (1934), de autoria de Marcos Pimenta, pseudônimo de Carlos Lacerda, escrito no período em que ele foi militante na *Juventude Comunista*, portanto, anterior à sua conversão ao conservadorismo político.

O livro narra a história daquele quilombo e “conta a miséria e a exploração dos negros nas fazendas dos senhores ricos”. O livro mostra também, ressalta o jornal, que os negros ainda eram escravos, assim como “seus irmãos brancos e mulatos”. Seriam todos escravos do capital, é essa a mensagem principal. Assim, o livro de escrito por Marcos era, nas palavras de *Juventude*, “um livro cheio de heroísmo, heroísmo negro, de uma raça oprimida que quer ser

livre” (Quilombo..., 1935, p. 9).

Na edição seguinte, de 15 de julho de 1935, o mesmo jornal *Juventude* apresenta uma matéria sobre *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. A matéria segue uma linha totalmente diversa das anteriores, ao fazer diversas ressalvas sobre as ideias do autor e os cuidados a serem tomados durante a leitura. Por conseguinte, forja um protocolo de leitura autorizada do texto. Nesse sentido, logo de início afirma-se que o livro merece ser lido, malgrado todas as ressalvas apresentadas.

Gilberto Freyre – elogia a resenha – possui incontestáveis qualidades de escritor e pesquisador, sobretudo por ter reunido farta documentação para produção do livro. Contudo, realiza “divagações excessivas” sobre as origens raciais do Brasil, além de “devaneios quase sádicos” referentes aos escravos. Nada disso, no entanto, reduz o valor científico da obra, mas sim, a suposta pretensão de Freyre de “querer corrigir ou completar Marx”. Tal postura seria fruto de mais um dos devaneios do autor, considerando que, “ao menos em teoria”, parece entender o significado de luta de classes (Crítica..., 1935, p. 12).

Essa suposta pretensão de correção foi imperdoável para a equipe de *Juventude*, para quem, assim como para toda a esquerda brasileira daquele momento, Marx era intocável e incorrigível. O jornal enfatiza a sua recomendação de leitura, mas, ao contrário de outros jornais, destaca o texto, não reconhece Gilberto Freyre como um sociólogo! Logo, a revisão da doutrina de Marx – que se tornaria uma questão central na vida política da esquerda brasileira no transcurso do século XX – seria um assunto apenas “para os que não leram Marx e falam dele por ouvir dizer” (Crítica..., 1935, p. 12).

Os jornais eram elaborados de forma colaborativa. A ideia central era que os próprios jovens seriam os fornecedores de informações, por meio do envio de cartas ou artigos. Havia quatro subculturas juvenis: estudantes, camponeses, militares e operários. Seja qual for a subcultura em foco, os textos traziam sempre uma combinação de denúncia social com elementos de doutrina política. Na sequência avaliamos algumas cartas enviadas pelos militantes para jornais publicados pela *Juventude Comunista*, com o objetivo de averiguar a possível incorporação da doutrina. A abordagem adotada é qualitativa.

Precariedade é a imagem que o artigo busca transmitir. De início, a autora, cujo texto foi enviado por carta para publicação, explica seu objetivo, isto é, “descrever as condições de vida do peão de estância, pois este, sob o ponto de vista social, é o que maior interesse desperta, uma vez que ele é de fato, um elemento indispensável na produção e na exploração da riqueza da pecuária” (Mércio, 1935, p. 7). Assim sendo, a escolha pelo menos favorecido se faz presente na matéria em questão.

A crítica tem um alvo: o salário ínfimo de peão; ainda que ele tivesse direito a casa e comida nas estâncias onde trabalhava. Porém, a casa seria na verdade um galpão. Nele, o trabalhador teria de se ajustar de qualquer maneira, não havendo qualquer outra escolha. Cama não existia, pois esta seria, em geral, um objeto desconhecido. As roupas do peão seriam as suas cobertas durante o inverno, época em que o peão teria somente o ponche para protegê-lo do frio. Já no verão, diz ela, os peões prefeririam “dormir ao relento, a agüentar as pulgas e os percevejos que infestam o galpão” (Mércio, 1935, p. 7).

A alimentação completaria a lista de precariedade, pois seria constituída de carne seca, feijão, ensopado, farinha e mate, sendo raras as estâncias onde o arroz era fornecido. Logo, a autora pode concluir que a vida



[...] dos camponeses no Rio Grande, vida completamente embrutecida por falta de escolas, e, quando se fala em qualquer melhoria, há a grita geral dos fazendeiros, como aconteceu quando o Presidente Battle y Ordoñez do Uruguay depois de um golpe, estabeleceu salário mínimo, e uma porcentagem no lucro das fazendas, etc., resultado, grita dos latifundiários contra esse canalha, que queria tirar o dinheiro dos patrões. Os fazendeiros do Rio Grande do Sul também gritaram contra a possibilidade de imitar este mau exemplo de dar asas a essa gente (Mércio, 1935, p. 7).

Uma carta assinada por Ilou, dá sequência à discussão sobre a situação do jovem no campo, assim como da construção da imagem negativa sobre o campo e da justificação da luta reivindicatória por parte dos agrupamentos políticos. Para o autor da carta, a juventude camponesa deveria ter “um papel preponderante nesta luta contra a miséria, a fome e o desemprego” (Ilou, 1933, p. 1). Isso por conta do excessivo sofrimento e exploração, imposto pelos fiscais. Além disso, os jovens, em sua maioria,

[...] são filhos de colonos e se não têm ainda 18 anos, são considerados ‘meia-enxada’ ganhando portanto meio salário, embora façam o mesmo trabalho de um adulto, ou mais. São constantemente insultados pelos fiscais e administradores por qualquer motivo (Ilou, 1933, p. 1).

A exploração não se esgotaria nesses aspectos. A jornada de trabalho seria excessiva, chegando a doze ou mais horas, sem a menor condição de trabalho, pois os trabalhadores ficariam expostos a acidentes com ferramentas, mordidas de cobras e outros perigos mais. Isso porque eles haviam se iludido com as promessas vazias.

O golpe, não revolução, que conduziu Getúlio Vargas ao poder, teve nos jovens do campo os alvos preferidos para as trincheiras, especialmente para serem colocados nas posições mais perigosas. Nesse sentido, o destino desses jovens seria a continuidade da miséria, caso não se dessem conta de que a Juventude Comunista iria libertá-los “da exploração e da miséria”, possibilitando-lhes, dessa forma, “uma vida melhor e preparando meios de instruir e gozar os descansos indispensáveis” (Ilou, 1933, p. 1).

Uma das cartas enviadas ao periódico se dedica à Fábrica Jafet, fábrica paulistana onde teria ocorrido uma greve, na qual os operários noturnos, algo em torno de 800 trabalhadores, “[...] não foram tapeados, porque compreenderam que o Ministério do Trabalho é um órgão de tapeação, organizado para zelar pelos interesses dos industriais.” (Antonio, 1933, p. 2).

Em decorrência da greve, o “explorador” Jafet – proprietário da fábrica – foi obrigado a aceitar as reivindicações. Obviamente a luta não se encerrou, pois ainda havia muito a ser conquistado, sobretudo “[...] o pagamento dos 15 dias de férias, dia de 6 horas para os jovens e 7 para os adultos, conquistarem um gabinete para as moças mudarem de roupa, assim como expulsar da fábrica os perseguidores dos operários” (Antonio, 1933, p. 2). A vitória, ainda que parcial, não teria sido possível sem o apoio e a orientação da Juventude Comunista.

Outra carta discorre sobre a situação na Companhia Fiação e Tecidos do Rio de Janeiro e o autor discorre sobre os efeitos danosos causados pelo “regime opressor”, denunciando as más condições de higiene das fábricas e a exploração da mão-de-obra (trabalho) infantil:

Nesta pequena fábrica, onde não há higiene e as latrinas fedem o dia inteiro na imundice, nós jovens, trabalhamos 11 horas, sob a vigilância do policial Henrique Mister, nosso carrasco. Mais infame ainda companheiros, é a situação das crianças que eles exploram na seção de fiação, fazendo nosso serviço a troco de um salário miserável, de 1\$ e 1\$500. Essas crianças trabalham como burros de carga sem nenhum direito, nem assistência (Um jovem..., 1933, p. 3).

A lista de arbitrariedades prossegue. Na fábrica os trabalhadores seriam obrigados a trabalhar além do horário estipulado, sendo os que não seguissem a prática ficariam sujeitos à demissão. O descalabro seria fruto da negligência do Estado, de tal modo grave, que se constituiria em uma forma de escravidão, enfatiza o texto. Os proprietários da fábrica, reputados “bandidos” e “canalhas”, não seguiam as leis. Procurando descrever a “vida de cachorro” levada pelos operários, a carta exemplifica a realidade enfrentada pelos trabalhadores ao lidar com as máquinas:

Um companheiro nosso, chamado Arlindo Netto, perdeu uma perna e um braço e não recebeu nenhuma indenização; na mesma situação ficou uma outra jovem de nome Iracema que perdeu os dedos da mão direita na máquina. E é assim companheiro, que esse canalha [os proprietários] nos trata! Não somos trabalhadores, somos escravos desses bandidos exploradores que nos olham como se fôssemos cachorros (Um jovem..., 1933, p. 3).

Uma carta não assinada relata as mazelas cotidianas de uma fábrica não identificada de botões metálicos. O texto simples, mas contundente nas caracterizações, descreve as condições de trabalho de maneira aterradora sustentando que naquela fábrica, assim “como em todas as fábricas somos [as trabalhadoras] barbaramente exploradas. Trabalhamos das 7 às 5 e das 6 da tarde ganhando 3\$000 e 2\$800 por dia; não podemos conversar umas com as outras, temos que passar 10 horas sem dizer uma palavra” (Miséria na..., 1933, p. 3).

As dificuldades iam além: o peso do maquinário era brutal, de modo que, no final do expediente, as mulheres trabalhadoras estavam com dores nas costas. Além disso, em caso de dano ao equipamento, teriam a despesa de manutenção descontada dos salários, o que, no entendimento do missivista, seria um dentre “outros meios que estes patifes roubam o nosso miserável salário que mal dá para as passagens e para comer um pedaço de pão com banana na hora do almoço” (Miséria na..., 1933, p. 3, grifo no original).

As denúncias não param. A falta de higiene é outro aspecto que provocava indignação. Por conseguinte, as próprias trabalhadoras eram as responsáveis pela limpeza do espaço destinado para mudança de roupa – um arremedo de vestiário. Em suma, a violência de gênero era estrutural no cotidiano da fábrica em questão. Denúncias desse tipo eram tidas como uma forma de combate viável.

## Os panfletos e a agilidade na circulação das ideias

O panfleto é um material de propaganda eficiente e versátil, dado às múltiplas

possibilidades de produção e distribuição. Em sua grande maioria, os panfletos ora analisados possuem uma estruturação básica que é recorrente, pois apresentam: (i) crítica genérica ao governo constituído; (ii) reivindicação específica para o momento; (iii) argumentação legitimadora da ação política executada; (iv) palavras de ordem incentivando a continuidade da militância.

A panfletagem é uma forma dinâmica de intervenção no debate público. Do ponto de vista do militante, é fácil de transportar, tem um baixo custo de impressão – em relação a outros tipos de impresso – e permite uma rápida e discreta distribuição. Se necessário, por exemplo, é possível dobrá-lo e, discretamente, colocar no bolso do colega sem que um guarda ou vigia do estabelecimento veja!

O pesquisador deve atentar para as singularidades da linguagem presentes no impresso, particularmente “aos procedimentos retóricos dos panfleteiros, desde o debate intelectual e a narração dos eventos até a crítica violenta (ou elogio exagerado)” (Baecque, 1996, p. 227). Por isso, sempre que possível, buscamos reconstituir a trama na qual os panfletos estavam inseridos. Baecque (1996) alerta ainda para que os historiadores considerem a palavra impressa como parte integrante dos acontecimentos e não apenas como um registro deles.

Norteia as análises ainda, as considerações apresentadas por Moles (1974), sobre as funções que o material visual deve apresentar para que possa ser obtido êxito na transmissão da mensagem: informação, sedução e educação. As três funções estão presentes nos materiais analisados a seguir. Entretanto, o maniqueísmo é um pilar essencial deste tipo de material, onde veremos seus produtores não apenas se qualificando como guardiães da moralidade, bondade e humanismo, como também desqualificando seus adversários como o seu oposto, ou seja, detentores da imoralidade, maldade e desumanidade.

Em janeiro de 1935, a *Federação da Juventude Comunista*, como mantenedora de uma célula na *Fábrica Crespi*, organizou uma campanha visando a formação de *Comitês de Luta*, um grupo de funcionários da empresa encarregado de organizar as reivindicações dos trabalhadores por direitos. Foi esse o contexto da distribuição de um panfleto contendo uma chamada para os *Trabalhadores da Fábrica Crespi!*

O intuito da distribuição? A formação da consciência de classe, sem sombra de dúvida, mas no ambiente altamente vigiado, de dimensões restritas, o panfleto era uma solução viável. Logo, seu texto dá ênfase pela união dos trabalhadores, pois “só uma *luta organizada por nós mesmos* é que poderá melhorar a miserável exploração que sofremos *neste inferno* onde trabalhamos!” (Panfleto *Trabalhadores...*, 1935, grifos meus).

As condições de trabalho, com destaque para os baixos salários, foram o alvo inicial das críticas de teor sociopolítico, em densidade elevada, porquanto forçava os jovens “a trabalhar como escravos” (Panfleto *Trabalhadores...*, 1935). Além disso, reclamavam também do tratamento dispensado pelos mestres aos trabalhadores, das precárias condições de higiene existentes no local de trabalho e, não menos relevante, das multas cobradas sobre qualquer mercadoria danificada pelo trabalhador, e muito mais considerando que

Os jovens de 14 a 16 anos ganham 2\$500 por dia e fazem o mesmo trabalho que um adulto. Por qualquer motivo somos insultados pelos mestres que são verdadeiros carrascos. Por qualquer motivo somos postos na rua. O cachorro do Paschoal nos oprime da forma mais miserável (Panfleto *Trabalhadores...*, 1935).

O quadro de exploração do trabalho humano seria muito pior na seção de algodão, ressalta o texto panfletário, pois considerando que as horas extras trabalhadas não eram pagas. Mas, se não bastasse isso, as mulheres trabalhadoras tinham uma rotina ainda mais difícil, haja vista que “as nossas companheiras são exploradas nos teares onde deixam a saúde, da forma mais miserável”. Dessa maneira, dessa dura realidade, descrita pela narrativa panfletária, teria origem a riqueza do proprietário da fábrica, Rodolfo Crespi, de cujo usufruto “frequenta cabarés, compra automóveis, faz viagens à Europa e fica ‘conde’” (Panfleto Trabalhadores..., 1935).

A situação na seção de tinturaria não seria muito diferente. Haveria desemprego devido à chegada de novo maquinário, além do aumento de produtividade implementado pela empresa sem que tal situação se revertesse em aumento de salários para os trabalhadores. A tudo isso, acrescenta ainda o não pagamento das férias dos trabalhadores. De acordo com o texto panfletário, isso se devia à falta de proteção ao trabalhador, função esta que caberia ao *Ministério do Trabalho* que “pouco se importava com isso”, uma vez que protegeria os interesses do empresariado:

[...] isso mostra para que serve o Ministério da Tapeação e Opressão [Ministério do Trabalho]. Diante de tudo isso que faz a diretoria do nosso sindicato, com o policial Mario Rotta à frente? Ajuda Crespi a nos matar de fome! Temos que transformar o sindicato em uma organização NOSSA e que luta por nós! (Panfleto Trabalhadores..., 1935).

A Juventude Comunista enfatiza o seu papel, ao afirmar que se tratava de “uma organização que tem as suas portas aberta a todos os jovens que queiram lutar contra a fome, a miséria, a opressão, as guerras imperialistas e o fascismo massacrador de trabalhadores”. Com isso, buscava criar uma identificação entre a organização e o seu público-alvo de modo a trazê-los à sua zona de influência.

Ainda em 1935 foi apreendido o panfleto *Jovens Populares*. De acordo com a anotação feita a lápis pela autoridade policial, sua apreensão se deu no dia 1º de outubro. O texto impresso é igualmente dinâmico e maniqueísta. O dinamismo tem a ver com a forma da mensagem, breve e constituída de frases escritas em estilo grandiloquente e acompanhada por palavras de ordem. O maniqueísmo se traduz na configuração dada aos adversários e aos seus partidários.

“Nenhum governo”, afirma o documento, “de fazendeiros e capitalistas resolverá nossa situação!”. Sendo assim, não haveria outra alternativa, sustenta o texto panfletário, a não ser a derrubada dele, de tal modo que com ele fosse também o imperialismo e o latifúndio. Então, fechando o argumento, somente assim “o Governo Popular Nacional Revolucionário realizará as nossas aspirações” (Panfleto Jovens..., 1935).

No documento aparece uma conexão institucional relevante: a colaboração e a estreita ligação entre a *Juventude Comunista* e a *Aliança Nacional Libertadora*, evidentemente explorada pela polícia para fins de culpabilização dos ativistas. Logo no início do panfleto, é reproduzida uma frase de Luís Carlos Prestes retirada de sua carta de adesão à Aliança Nacional Libertadora, onde afirma: “[...] com o vigor e o entusiasmo da vossa juventude ocupae os postos de vanguarda nos combates decisivos que se avizinham [...]” (Panfleto Jovens..., 1935).

O *panfleto Proletários de todos os países: uni-vos!*, possivelmente produzido em meados de 1937, consoante a análise do documento permitiu identificar, merece uma atenção especial, pois o material traz um texto extenso e articula um jogo argumentativo muito interessante: de um lado, apresenta críticas avassaladoras ao governo de Vargas e aos demais adversários políticos; de outro, apresenta a sua plataforma reivindicatória, com forte teor antimilitarista, interface da militância política de responsabilidade da Juventude Comunista.

A estratégia discursiva reinante nesta fonte é o bombardeio de reclamações e reivindicações, de modo a emplacar uma imagem terrível dos adversários. Nesse sentido, o texto se inicia com uma descrição da situação do país e da sociedade, buscando emplacar uma imagem horrenda a respeito do Brasil, de modo a legitimar a ação revolucionária:

A nossa situação de fome e miséria agrava-se cada vez mais. Não devemos continuar calados ante as condições miseráveis em que vivemos. Os nossos salários são reduzidos cada vez mais, a ponto de não nos dar nem para comer. Somos jogados miseravelmente às ruas, sem nenhum auxílio dos patrões e seus governos, aumentando, dia-a-dia, o exército dos desempregados! (Panfleto Proletários..., [ca. 1937]).

A responsabilidade pelo cenário trágico descrito é atribuída a Getúlio Vargas que, associado à burguesia, ou seja, a Armando Sales e outros proprietários industriais, estaria implementando uma rígida política contra os trabalhadores. A tendência era de agravamento dessa situação, uma vez que o imperialismo norte-americano, o britânico e o japonês teriam se associado à “camarilha feudal burguesa” brasileira para apoiá-los nas ações militaristas no continente sul-americano.

Este panfleto investe muito em uma retórica contrária ao militarismo. Nesse sentido, Góis Monteiro, então Ministro da Guerra, é simultaneamente retratado como “um fazendeiro de algodão” e “um dos mais ativos preparadores da nova matança”. Em um de seus discursos, teria dito que numa próxima guerra o Brasil trataria de providenciar muitos cadáveres – “carne para canhão”, conforme expresso no texto do documento. Para isso, estariam sendo gastos

Gastam-se milhares e milhares de contos na compra de armamentos, navios de guerra, aviões de bombardeio etc. 80% do orçamento é empregado na compra de material bélico! Enquanto isso, os trabalhadores morrem de fome; milhares de nordestinos morrem de sede; [...] (Panfleto Proletários..., [ca. 1937]).

Uma vez qualificados os adversários, o panfleto procede à caracterização da Juventude Comunista, representada de forma positiva, cuja ação é central para o aprendizado político dos brasileiros das camadas desfavorecidas:

A Federação da Juventude Comunista do Brasil (Região de S. Paulo) ao mesmo tempo que desmascara os planos guerreiros e golpistas dos governos dos grandes fazendeiros e burgueses, chama a todos os jovens operários, as jovens operárias, que trabalham por um salário reduzidíssimo e são tratados miseravelmente pelos mestres e patrões, aos desempregados, – que são os

primeiros a irem para o front – aos jovens explorados, negros e índios, soldados e marinheiros, estudantes pobres e intelectuais pobres, sem distinção de credo político ou religioso e de nacionalidade, para a formação de uma potente frente única na luta pelas nossas reivindicações, organizando nos Comites de Luta em todos os locais de trabalho, fábricas, usinas, fazendas, quarteis, navios, escolas, bairros, ruas, etc. (Panfleto Proletários..., [ca. 1937]).

O alerta para a formação de Comitês de Luta nos mais diversos lugares permite uma dupla leitura, pois, se de um lado, indica aos potenciais adeptos da causa como deveriam se organizar, por outro, também sugere à polícia a respeito das ações do grupo. De todo modo, a organização juvenil busca, no texto panfletário, convencer o seu público de que somente o comunismo era capaz de liderar os trabalhadores rumo à libertação:

A nossa luta deve ser a de nós próprios, e a Federação da Juventude Comunista, fiel a seu programa de conduzir-vos, de acordo com o Partido Comunista, à vós trabalhadores, na luta pela derrubada do atual regime capitalista de exploração, pela revolução agrária e anti-imperialista e pela tomada do poder pelos operários, camponeses, soldados e marinheiros, vos chama a essa luta! (Panfleto Proletários..., [ca. 1937]).

Situação um tanto singular ocorreu com outro impresso, considerando a forma de sua apreensão. O material foi deixado na casa do inspetor José Pasqua, no bairro do Belenzinho, durante a noite de 25 de março de 1938. Descuido do militante? Provocação deliberada? Nunca saberemos, pois as fontes não possibilitam tal inquirição. Seja como for, o panfleto *À gloriosa raça negra do Brasil*, impresso produzido durante o Estado Novo, não apresenta grandes variações nos temas abordados, com exceção ao mote introdutório: o significado do 13 de Maio de 1888.

A libertação dos escravos, em conformidade com a análise da Juventude Comunista, não havia sido uma concessão do “generoso Pedro II”, mas sim uma “libertação conseguida à custa de lutas e mais lutas da massa negra escravizada, à custa de sacrifícios e sacrifícios, à custa de milhares e milhares de vítimas”. Portanto, a libertação dos escravos fora “fruto da luta de todo o povo, brancos e negros, que levaram avante, a grande campanha abolicionista”.

A releitura do processo de libertação dos escravos indica as premissas ideológicas do grupo político. Nesse sentido, (i) a libertação foi uma conquista – não uma concessão –, advinda da luta realizada por uma coletividade engajada em uma causa em comum. Além disso, (ii) as pessoas são agentes da história, portanto, capazes de lutar por suas causas, protagonistas de sua própria história.

Por conseguinte, na ótica em questão, a Lei Áurea teria sido o resultado de uma conquista da sociedade, o que significava dizer que a lei foi sancionada devido a pressões populares. Tal interpretação reflete a militância da época, concentrada na cooptação do maior número de apoiadores possível para a luta contra o governo Vargas, sendo a comunidade negra um dos seus alvos. Neste sentido, era preciso demonstrar a existência de precedente histórico de lutas contra a opressão social.

Repete-se, neste panfleto, predicados já mobilizados contra membros do governo brasileiro, sendo representados como títeres do imperialismo estrangeiro. Há, contudo, uma

ênfase maior contra a possível participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, certamente devido ao clima beligerante da época. A justificativa apresentada é relativamente simples: a guerra provocaria a ida dos jovens brasileiros para “servir de carne de canhão” nos campos de batalha.

A situação do Brasil é representada de forma pejorativa no texto panfletário, de tal forma a justificar a ação popular contra o governo de Vargas:

Os impostos aumentam! O custo de vida sobe continuamente! Os salários não sobem! O comércio se paralisa! E a miséria se alastra sobre os 40 milhões de brasileiros! Todos, brancos e negros, sofrem hoje na mesma opressão! E só unidos poderão derrubar este infame regime que nos governa, substituindo-o por um governo democrático, que melhore as condições de vida do povo e lhe permita organizar-se e lutar por suas reivindicações (Panfleto À gloriosa..., [ca. 1938]).

Fatos históricos também são evocados, assim como em outros panfletos, considerados significativos por confrontar a visão dos grupos sociais e do governo – este representado como defensor do *status quo*. A campanha abolicionista, o movimento republicano, os movimentos de 1922, 1924, 1930 e 1932, são indicados como eventos democráticos, mesmo que tenham sido tentativas de ruptura à ordem institucional, bem sucedidas ou não. Como explicar esse descompasso?

O texto panfletário comporta a concepção de democracia popular, no qual o ponto central é o suposto exercício do poder diretamente pelo povo através da ação direta, no caso representada pelas revoltas armadas lideradas por militares e contando com participação e/ou apoio popular. Evidentemente que do ponto de vista da democracia liberal, isso não soaria senão como justificativa cínica para a tentativa de tomada do poder. Dessa distinção advém o chamamento à

MOCIDADE BRASILEIRA! A ti compete assumir a posição de vanguarda nessa luta! Revive as gloriosas tradições da campanha abolicionista, da luta pela República, dos movimentos democráticos de 1922, 24, 30 e 32! A ti compete encabeçar a luta contra o fascismo getulista, ao lado de todo o povo oprimido, brancos e negros, operários e camponeses, soldados e marinheiros, estudantes e populares! Lutemos pelas liberdades democráticas, liberdade de imprensa e organização, contra o fascismo, para que não se transforme esse dia de tradições libertadoras em festa de carneiros explorados e passivos! (Panfleto À gloriosa..., [ca. 1938]).

### Considerações finais

Ante o exposto, qual seria a resposta mais apropriada para o problema que nos propomos neste artigo, ou seja, a especificidade do suporte e a vantagem operacional por ele fornecida ao militante em seu cotidiano, podendo ser ou não um fator de auxílio? Desenvolvemos a hipótese de que cada suporte apresenta uma vantagem operacional específica.

Na sequência, o artigo analisou o livro, o jornal e, finalmente, o panfleto, dando ênfase a uma função a cada um dos suportes.

O livro era um suporte mais robusto e mais difícil de ser transportado. Por isso, a sua acomodação demandava espaços específicos, os "espaços de sedição". Trazia, portanto, uma desvantagem operacional, o de colocar em risco a militância encarregada em distribuí-los entre os pares. De todo modo, eram ossos do ofício, realizado com afinco. Por isso, as apreensões eram grandes e constantes.

O panfleto ia no sentido inverso ao livro, pois era de fácil transporte e menor custo de impressão. No cotidiano, a sua distribuição pode ser feita de forma rápida e sem alertar as autoridades. O conteúdo de sua mensagem, como vimos, era dinâmico e versátil, possibilitando as mais diversas abordagens. O limite variava conforme a criatividade dos elaboradores.

Os jornais apresentavam um repertório de leituras para os militantes, pois a sua formação como leitores era uma etapa importante da formação ideológica. Os textos cobriam quatro subculturas juvenis (estudantil, camponesa, militar e operária), sendo elaborados de maneira colaborativa. Em linhas gerais, era recorrente a denúncia de um problema social, acrescido de elementos da doutrina política; do ponto de vista formal, seria um arremedo de reportagem com texto analítico. Não se pode negar, no entanto, à luz da análise qualitativa das cartas dos militantes, expostas nos periódicos, que a eficácia do trabalho de formação doutrinária era real.

Portanto, considero válida a premissa chartierniana de que os textos não têm existência desvinculadas de seus suportes, os quais contribuem para a construção dos significados, desde que se considere a particularidade metodológica imposta em nossa pesquisa, isto é, a vantagem operacional que cada suporte oferece ao militante no exercício das atividades político-ideológicas. Cada suporte, nesse sentido, tem uma função que é mais vantajosa do que o outro. Não podemos esquecer que as condições materiais de existência impõem condições particulares à leitura.

## Referências

### Fontes

10 Dias que abalaram o mundo. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 9, 01 jun. 1935. *Prontuário 3471, União dos Alfaiates e Anexos*. DEOPS/SP, APESP.

Antônio. Fábrica Jafet. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano II, n. 13, p. 2, fev. 1933. *Prontuário 4295, Constantino Milano Netto, v. 1*. DEOPS/SP, APESP.

Auto de verificação e apreensão de Alexandre Wainstein. *Delegacia de Ordem Social*, São Paulo, 22/01/1936. *Prontuário 909, Alexandre Wainstein*. DEOPS/SP, APESP.

Crítica literária. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 4, p. 12, 15 jun. 1935. *Prontuário 3503, Congresso da Juventude Proletária*. DEOPS/SP, APESP.

Ilou. Os jovens nas fazendas. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano II, n. 13, p. 1, fev. 1933. *Prontuário 4295, Constantino Milano Netto, v. 1*. DEOPS/SP, APESP.



Mércio, M. A situação do trabalhador rural no Rio Grande do Sul. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 7, 15 maio 1935. *Prontuário 209*, Genny Gleyzer, v. 1. DEOPS/SP, APESP.

Miséria na fábrica de botões de metal. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano II, n. 13, p. 3, fev. 1933. *Prontuário 4295*, Constantino Milano Netto, v. 1. DEOPS/SP, APESP.

Movimento do Congresso de Juventude do Brasil. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 2, 15 maio 1935. *Prontuário 209*, Genny Gleyzer, v. 1. DEOPS/SP, APESP.

Paíol. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 9, 01 jun. 1935. *Prontuário 3471*, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, APESP.

Panfleto À gloriosa raça negra do Brasil! *Federação da Juventude Comunista do Brasil*, São Paulo, [ca. 1938], doc. 23, fl. 32. *Prontuário 1271*, *Juventude Comunista*. DEOPS/SP, APESP.

Panfleto Jovens populares. *Federação da Juventude Comunista do Brasil*, São Paulo, [1935], doc. 13, fl. 15. *Prontuário 1271*, *Juventude Comunista*. DEOPS/SP, APESP.

Panfleto Proletários de todos os países: uni-vos! *Federação da Juventude Comunista do Brasil*, São Paulo, [ca. 1937], doc. 5, fl. 5. *Prontuário 1271*, *Juventude Comunista*. DEOPS/SP, APESP.

Panfleto Trabalhadores da fábrica Crespi! *Federação da Juventude Comunista do Brasil*, São Paulo, [1935], doc. 7, fl. 6. *Prontuário 3503*, Congresso da Juventude Proletária e Estudantil. DEOPS/SP, APESP.

Quilombo de Manoel Congo. *Juventude*, Rio de Janeiro, ano I, n. 3, p. 9, 01 jun. 1935. *Prontuário 3471*, União dos Alfaiates e Anexos. DEOPS/SP, APESP.

Relatório do delegado de ordem política para chefe do Gabinete de Investigações. *Departamento de Ordem Política e Social*, São Paulo, 14/10/1933. *Prontuário 909*, Alexandre Wainstein. DEOPS/SP, APESP.

Relatório sem assinatura. *Gabinete de Investigações*, São Paulo, 10/05/1935, doc. 2, fl. 2. *Prontuário 2510*, Fernando Levitsky. DEOPS/SP, APESP.

Resumo das atividades sobre Alexandre Wainstein. *Gabinete de Investigações*, São Paulo, 08/06/1935. *Prontuário 909*, Alexandre Wainstein. DEOPS/SP, APESP.

Termo de declarações de Felícia Itkis para Alfredo Pagliuchi (comissário de ordem social). *Gabinete de Investigações*, São Paulo, 26/10/1933, doc. 2, fls. 2-3. *Prontuário 73*, Felícia Itkis. DEOPS/SP, APESP.

Um jovem explorado. Companhia Fiação e Tecidos do Rio de Janeiro. *O Jovem Proletário*, Rio de Janeiro, ano II, n. 13, p. 3, fev. 1933. *Prontuário 4295*, Constantino Milano Netto, v. 1. DEOPS/SP, APESP.

## Bibliografia

Belo, A. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002 (História & ...reflexões).

Carneiro, M. L. T. *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

Chartier, R. *Práticas de leitura*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

Darnton, R. *O iluminismo como negócio: história da publicação da "Enciclopédia", 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Fischer, S. R. *História da leitura*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

Foucault, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

Giddens, A. *O estado-nação e a violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico*. São Paulo: EDUSP, 2001.

Lyons, M. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: Cavallo, G.; Chartier, R. (org.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1999. v. 2. p. 165-202.

Manguel, A. *Uma história da leitura*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Renan, E. O que é uma nação? Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. *Revista Aulas*, Campinas, v. 1, n. 2, 2006, p. 1-21.

Recebido em: 17/04/2024

Aceito em: 06/06/2024